



PUC
RIO

PIBIC 05/06

Nome do Departamento: Instituto de Relações Internacionais

Nome do(a) Aluno(a): *Claudia Teixeira dos Santos*

Nome do(a) Orientador(a): André de Mello e Souza

Título do Projeto: “O Impacto da Sociedade da Informação nas Interações Sociais”

Introdução

Devido ao grande impacto que as tecnologias da informação e da comunicação - TIC, como a Internet, têm provocado em todas as esferas da sociedade, tanto econômica quanto política e social, e as diversas interações, fenômenos e problemas que a acompanham, grandes temas de relevância mundial vêm tomando conta do debate político e acadêmico; temas como a descentralização do controle da Internet, Cibercrime, Pirataria, Software Livre, Multiculturalismo, a Propriedade Intelectual.

Com a crescente importância do tema foi criada pela ONU a chamada Cúpula da Sociedade da Informação – WISIS: World Summit of Information Society, um encontro que reúne todos os países da organização e têm como objetivo o debate político e epistêmico dos assuntos relevantes relacionados à chamada “aldeia global”. Entretanto, como em todo o debate político a “sociedade da informação” [1] também tem as suas clivagens, as suas relações de poder e negociações, com isso, os temas estão cada vez mais divididos entre os chamados países subdesenvolvidos e os desenvolvidos, como o que ocorre em outras negociações no cenário internacional, assim, a agenda do tema acaba dando ênfase a alguns aspectos enquanto outros permanecem irrelevantes.

A pesquisa foi feita partindo da premissa de que a teoria influencia a prática e que essa influência ocorre simultaneamente, em termos de práxis, e ainda, que o objeto de estudo, a sociedade da informação, é muito complexa dado seu alto grau de interações, relações de poder, seu grande número de atores e o seu processo de construção em andamento. Nesse sentido, a análise foi feita a partir de produções acadêmicas atuais, através de documentos e reportagens de fóruns internacionais sobre o tema. Dessa forma, o estudo consiste em coletas de informações, análises dos discursos e interesses envolvidos e observação das iniciativas concretas em andamento. [2] Inicialmente, a pesquisa englobava apenas o estudo sobre o Software Livre e suas implicações políticas; entretanto, foi possível encontrar através do movimento do software, um movimento ainda maior e mais fascinante que está discutindo os termos da “Sociedade da Informação”.

O objetivo assim, é analisar essas clivagens, os interesses que estão por trás dessas negociações, entender porque enquanto os países desenvolvidos querem negociar temas como a propriedade intelectual, o cibercrime, os países em desenvolvimento querem conduzir a discussão para temas como Descentralização e o “Digital Divide” [3]. Além disso, é

importante levarmos em conta o quanto que o poder de agenda referente ao “capital social”¹ de cada país pode e está influenciando nos termos do debate.

É necessário também buscar analisar o que ocorre no nível da sociedade civil, a qual relacionada ao tema da sociedade da informação têm a sua rede de interação não só internamente, mas ultrapassando as fronteiras nacionais, é uma rede transnacional que produz e é produzida, que atua e influencia no desenvolvimento das iniciativas e no debate não governamental e governamental da sociedade. As iniciativas, entre elas a flexibilização da propriedade intelectual como o Creative Commons², o Software Livre[4], os projetos de Inclusão Digital que ocorrem em diversos países também são importantes para o entendimento da efetividade do tema e da sua própria relevância nacional e internacional.

Com isso, tentarei analisar num primeiro momento chamada “Sociedade da Informação”, uma vez que não há uma definição conceitual, o que acaba acarretando interpretações precipitadas, existe um grande debate sobre o tema e inclusive sobre a sua “existência” na realidade. Na segunda parte tentarei analisar as implicações das duas Cúpulas Internacionais da Sociedade da Informação.

Analisado o âmbito Internacional, iniciarei a discutir o impacto dessas transformações, negociações e discursos da “Sociedade da Informação” na sociedade civil através da análise de dois grandes movimentos inseridos em seu escopo, o movimento de Software Livre e o “Digital Divide”, que ao mesmo tempo podemos observar que estão intimamente interligados na agenda internacional e nos seus próprios andamentos. Finalmente, na Conclusão o objetivo será mostrar não só o impacto de todas essas questões para a política internacional e para a sociedade como um todo, mas mostrar a importância do tema e a relevância de pesquisa sobre o assunto.

¹ “Capital Social” é um termo cunhado por Buzan para denominar o quanto que um determinado país influencia a agenda internacional devido a sua “posição social” no mundo, ou seja, o seu poder de convencimento, que vem inclusive da sua posição material; o autor utiliza o termo para se referir ao poder de agenda nas questões de segurança internacional. A intenção é mostrar como que o capital social é importante em todas as esferas de decisão.

² “O Termo Creative Commons vem de ‘res comune’, conceito empregado pelo direito norte-americano para se referir aqueles bens considerados ‘de todos’, isto é, que não estão sujeitos ao controle de nenhuma entidade específica.” Trecho retirado de: WERNECK, G. ASSIS, D. **Capitão Presença**. Net, Rio de Janeiro, nov. 2005. Disponível em: <http://www.softwarelivre.org/news/4920>; Acesso em: 06 abril em 2006.

“O Creative Commons é descendente direto do copyleft, especialmente do software livre. O que o Creative Commons fez foi adaptar as lições e o modelo do software para a área da cultura. É claro que na cultura, precisava de um modelo diferente, porque as peculiaridades são diferentes da produção de software. Por isso, o Creative Commons oferece aos artistas opções de quais os direitos pretendem permitir que a sociedade usufrua. Isso é muito importante porque assim as duas partes ganham: os artistas, que podem maximizar o alcance e distribuição de suas obras, e a sociedade, que passa a contar com um universo de obras livres, que desobstruem o acesso ao conhecimento.” Trecho retirado de: WERNECK, Guilherme **Outro direito autoral é possível**. Net, Rio de Janeiro, nov. 2005. Disponível em: <http://www.softwarelivre.org/news/4920>; Acesso em: 06 abril em 2006.

Entendendo Sociedade da Informação

Podemos dizer que o grande teórico da “Sociedade da Informação” é Manuel Castells, segundo este, “devido a sua penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana, a revolução da tecnologia da informação será meu ponto inicial para analisar a complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação.”(Castells,2000,p.43) Percebe-se a partir desse trecho que o autor busca fazer uma análise e estudar a história de maneira a entender todas essas transformações em todas as esferas sociais que se colocam. Assim, de maneira histórica, o autor pontua que o início dessa revolução se deu na década de 70, misturando as evoluções tecnológicas, inspiradas principalmente no Vale do Silício, na Califórnia, com todos os ideais e idealismos libertários da década de 60.

Dada a sua importância, todas as características desse movimento foram se espalhando para todo o mundo em intensidades distintas, e como Castells coloca, não há nada de surpreendente que a “revolução informacional” tenha se delineado no momento em que o capitalismo passava por uma mudança estrutural depois de algumas crises na década de 70. É possível inclusive indicar, como alguns teóricos colocam, que a economia anteriormente ao processo informacional estava chegando a um ponto de saturação, e que de certa forma, esta revolução conseguiu alterar um processo de desemprego e estagnação que estava em andamento, abrindo novos tipos de mercados e criando uma diversidade de vagas de trabalhos.

Com isso, devemos desmistificar algumas questões relacionadas ao papel das tecnologias da informação nas nossas sociedades; logo no início é importante colocar que as tecnologias não se desenvolvem sozinhas, “é claro que a tecnologia não determina a sociedade.”(Castells,2000,p43); o que acontece é quase que um processo de co-constituição entre sociedade e tecnologia. Ou seja, ao mesmo tempo em que a sociedade também não vive sem a tecnologia e a desenvolve para as suas necessidades (ou não), a tecnologia também se impõem com um processo produtivo autônomo.

Nesse sentido, interpretações radicais que colocam o homem com a necessidade de parar o desenvolvimento tecnológico, ou que indaga sobre a dominação tecnológica, são detidas pelo processo de interação entre os dois, além disso, não é possível deixar de lado o papel do Estado como aquele que tem o poder direto de intervir sobre essa interação, influenciando-a, cooperando ou até impondo barreiras.

Devido a todas essas questões é possível contemplar a sobre a própria “Sociedade da Informação”, como aquela que se formou em decorrência da “revolução tecnológica e

informativa”; e que é apresentada como um novo paradigma, ultrapassando a sociedade industrial, sendo um tipo de “evolução” do termo pós-industrial (relacionado à sociedade pós-industrial). A Sociedade da Informação nesse sentido, tem uma conotação de desenvolvimento tecnológico e informativo tanto da sociedade, da economia, da política, quanto nas relações de poder, nas redes de interações e em diversas esferas relacionais.

Podemos assim, contemplar de maneira resumida a história e o que podemos entender como a definição Sociedade informativa (termo usado por Castells para denominar a Sociedade da Informação); entretanto o autor ainda salienta que:

“Embora a reestruturação do capitalismo e a difusão do informativismo fossem processos inseparáveis em escala global, as sociedades agiram/reagiram a esses processos de forma diferentes, conforme a especificidade de sua história, cultura e instituições. Conseqüentemente, até certo ponto, seria impróprio referir-se a uma ‘sociedade informativa’, o que implicaria a homogeneidade das formas sociais em todos os lugares sobre o novo sistema. (...) Poderíamos, entretanto, falar de uma ‘sociedade informativa’ do mesmo modo que os sociólogos estão se referindo à existência de uma ‘sociedade industrial’”. (Castells,2000,p.56)

Alguns ativistas da sociedade civil colocam que o significado da Sociedade da Informação deve ser alargado, de modo que abranja com importância, não somente as questões de cunho econômico, político e social, abarcadas em seu processo natural, mas que incorpore princípios como a Inclusão Digital, democratização do acesso a informação, fazendo com que esta seja um bem público e um direito a todos os povos. Segundo estes, a Sociedade da informação já tem em si diversos gaps, muita exclusão, e que é necessário refletir no alcance dessa sociedade, até onde e quem faz parte dela e acima de tudo, percebê-la como um direito de todos, mas sempre respeitando o multiculturalismo, e promovendo o desenvolvimento.

A Política Internacional da Sociedade da Informação

Cúpula Internacional da Sociedade da Informação (World Summit on the Information Society - WISIS): Genebra 2003 e Cúpula de Tunis 2005

Através de uma proposta da União Internacional de Telecomunicações, a Organização das Nações Unidas, ONU, aprovou uma resolução na Assembléia Geral para a promoção de uma Cúpula Internacional da Sociedade da Informação.[5] Essa cúpula tem como intenção um

melhor entendimento sobre essa nova realidade que perpassa todos Estados, assim é necessário discutir, compreender e resolver algumas questões oriundas da configuração atual da sociedade. Dessa forma, o objetivo da cúpula é promover uma arena de discussão para diversos atores, não apenas estatais, mas também da iniciativa privada, organizações internacionais e não governamentais e a sociedade civil. A primeira rodada em Genebra, 2003, promoveu um plano de ação para os diversos atores e uma declaração de princípios.

Podemos dizer que desde a “Revolução Tecnológica Informacional”, novos espaços econômicos, relacionais, novas redes de interação e comunicação se criaram, juntamente com novos canais com necessidade de regulamentação. Isto é, percebeu-se que é necessário lidar com os problemas e também com as soluções constituídas na Sociedade da Informação. O processo de expansão de redes, com a internet e outras tecnologias, possibilitaram iniciativas interessantes no âmbito social, econômico e político, inclusive gerando maior participação social dando aos indivíduos mais um instrumento de accountability; mas, ao mesmo tempo, também acabam acarretando em “novos problemas” como a Pirataria, o Cibercrime, o uso da internet por grupos terroristas, as questões das diferenças culturais e legais.

É com todo esse arcabouço de temas que a ONU promove o WISIS. O debate entre os países ficou, de certa forma, muito dividido entre blocos de países. Em um panorama geral, houve uma divisão entre os chamados “países do G8”, entre eles a Rússia, os Estados Unidos e a Alemanha, com os “países do G20”, Índia, África do Sul, Brasil e China; ou seja, os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. As demandas seguem uma forma parecida com outros setores de negociação como a economia, a propriedade intelectual e política.

Mais especificamente, as demandas do G20 está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento; tópicos essenciais como a Inclusão Digital relacionada ao Digital Divide, a Liberdade de Expressão, a Transferência de Tecnologia e o Multiculturalismo estão totalmente voltadas ao escopo social e cultural das comunidades locais. Com relação ao desenvolvimento local, autóctone e ao mesmo tempo “interativamente” transnacional podemos observar o apoio ao Software Livre, que não está baseado em um processo de produção tradicional, mas sim, em um processo de produção criativo, coletivo e baseado em soluções livres.

Uma importante demanda dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, está relacionado com a descentralização do controle da Internet, isto de certa forma perpassa tanto a política internacional e a sociedade civil, os indivíduos. Em linhas gerais a governança da internet é feita por 10 “servidores de raiz” que estão em 4 países diferentes; 7 nos EUA e os

outros 3 na Alemanha, Japão e Suíça. O mesmo ocorre com a organização que controla os IP e os nomes de domínio (Brasil - .br ou África do Sul – .za, por exemplo) que está sobre o domínio dos EUA. Com isso, a demanda pela descentralização do controle da internet é tão importante sendo inclusive uma questão de segurança. Assim, principalmente os G20 propõem uma mudança de governança para que essa vá para uma organização internacional. A posição do Brasil por exemplo é que a governança seja transparente, multilateral e democrática. Entretanto, alguns países do G8 não querem negociar a questão afirmando inclusive, que essas organizações são importantes para a segurança nacional.

As duas rodadas tanto de Genebra quanto de Tunis, não resultaram em muitos atos concretos a não ser na resolução pela continuidade das conversações e negociações. Como relata Paulo Lima, diretor executivo da Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS):

“Não há um espírito de celebração multilateral da tarefa de implementar os acordos. Neles estariam governos e suas disputas comerciais, geopolíticas, diferenças culturais e religiosas, entidades do setor privado e da sociedade civil buscando avaliar o que poderia ser implementado desde o local até onde os governos podem avançar nas agendas dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico e social. Vê-se, pelo contrário, uma declaração em aberto, a confirmação de que, de certa maneira esta Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação reflete uma iniciativa artificial na configuração do processo de reuniões de chefes de Estado das Nações Unidas.” (Lima,2005,p2)

Com isso, muitas das discussões ficam travadas, pois aqueles que têm “poder de agenda” continuam querendo discutir sobre as mesmas bases e premissas, como uma tentativa de manutenção do status-quo e até mesmo porque são aqueles que controlam as tecnologias e detêm as maiores empresas de software e têm o controle da governança da Internet.³

O debate do Software Livre e do Digital Divide na Sociedade da Informação

O Software Livre

A questão do Software livre vem sendo discutida em diversas organizações internacionais; entretanto, como ainda é muito controverso e questionado, o tema tem como continuidade o debate em fóruns, simpósios, seminários, projetos, propostas, mas poucas ações ou regulamentações. Nesse sentido, também tem sido muito discutido entre

³ Trecho baseado em: BRAIN COMMONS, Cúpula da Sociedade da Informação. Net, Rio de Janeiro, 08 nov. 2005. Disponível em: <http://www.softwarelivre.org/news/4938>; Acesso em: 06 abril 06.

“comunidades epstemicas” e pouco inserido em agendas políticas. Isso se deve em grande parte, porque o software livre está, ultimamente, muito relacionado às demandas dos países subdesenvolvidos e os LDC’s por acesso a tecnologia e desenvolvimento de tecnologias autóctones. O software livre tem sido ligado a questões relacionadas ao desenvolvimento local, como alternativa aos softwares comerciais feito dentro do processo produtivo tradicional, dessa forma também está relacionado à soberania do estado. Mas acima de tudo, o software livre tem sido muito utilizado como um instrumento para a inclusão digital.

Para entender as implicações do “movimento” pelo Software livre é necessário buscar definir o objeto tratado. Segundo os indivíduos grupos engajados no “movimento” Software Livre, a questão é pensar nesse tipo de software como uma “liberdade de expressão”; ele é definido em relação à liberdade dos usuários de executarem, copiarem, distribuírem, modificarem e aperfeiçoarem o software. O Software Livre é aquele que tem o seu código fonte aberto, livre, diferentemente do Software Prioritário.

Existem 4 liberdades fundamentais desenvolvidas pela chamada “filosofia do software”:

- “Liberdade 0: a liberdade de executar o programa para qualquer finalidade.
- Liberdade 1: a liberdade de estudar o programa e adaptá-lo às necessidades; sendo suas ou de um grupo. Nesse sentido, o acesso ao código fonte é fundamental para exercer esta liberdade.
- Liberdade 2: Liberdade a redistribuir cópias “de modo que você possa ajudar o seu próximo”. (Liberdade relacionada ao processo comunitário, que realmente é alcançado em alguns aspectos e algumas iniciativas, mas não em todos.)
- Liberdade 3: Liberdade de aperfeiçoar o programa e compartilhar a inovação com a sociedade, de maneira que a comunidade se beneficie.
- Condição necessária: acesso ao código fonte”(www.softwarelivre.org.br)

É muito importante salientar que o software livre não é necessariamente contrário ao lucro ou ao financiamento; ele não é “não-comercial”, ou seja, existe a liberdade em alguns tipos de licença, para a distribuição, desenvolvimento e uso comercial de cópias, assim, ao mesmo tempo que os usuários têm a liberdade de redistribuir cópias de graça também podem cobrar como forma de cobrir os custos, cobrando taxa. Além disso, pode desenvolver para uso privado. Entretanto, para garantir a liberdade dos programas e dos usuários, fica estabelecido algumas regras para o licenciamento e a distribuição do software. Entre essas regras de distribuição estão o:

- Copyleft: uma vez redistribuindo o programa, não é possível estabelecer qualquer restrição as liberdades principais.

Alguns argumentam que muitas vezes regras de controle, por exemplo com relação ao comércio, controles de exportação e sanções ao comércio podem limitar a liberdade de distribuir cópias dos softwares internacionalmente. Infelizmente, eles colocam que não é possível para os desenvolvedores do software eliminar as restrições; o que pode ser feito é impô-las como condições para uso dos seus programas.

Existe certa confusão com relação ao termo que deva ser usado para designar esse software descrito, muitos colocam que deva ser usado os termos “Open Source”, “Libre Software” (<http://libre.act-europe.fr>) e não Software Livre, além disso, muitas vezes os próprios grupos de diferentes países denominam de diferentes maneiras. Existe todo um estudo e um certo debate teórico e filosófico em cima das formas de denominação; entretanto nesse trabalho usaremos a denominação, mais usada, ou pelo menos mais difundida inclusive para os leigos, “Software Livre.

“Software Livre (Free Software) é o software disponível com a permissão para qualquer um usá-lo, copiá-lo, e distribuí-lo, seja na sua forma original ou com modificações, seja gratuitamente ou com custo. Em especial, a possibilidade de modificações implica em que o código fonte esteja disponível. Se um programa é livre, potencialmente ele pode ser incluído em um sistema operacional também livre. E importante não confundir software livre com software grátis porque a liberdade associada ao software livre de copiar, modificar e redistribuir, independe de gratuidade. Existem programas que podem ser obtidos gratuitamente mas que não podem ser modificados, nem redistribuídos. Por outro lado, existe a possibilidade de uso não-gratuito”

Prof. Roberto Hexsel do Departamento de Informática da Universidade
Federal do Paraná, 2006, p1

Questões Teóricas sobre o Software Livre

O desenvolvimento do Software livre significa para muitos um impulso ao processo tecnológico, uma vez que participam diversas pessoas no desenvolvimento, tornando o processo mais rápido, mais adequado as necessidades e além disso mais “comunitário”. Ainda é colocado a favor do software livre que esse desenvolvimento produz um maior acesso à tecnologia, reproduzindo e produzindo um processo de criativo e de difusão de conhecimento.

O “movimento” do Software Livre possui muita ligação com a Internet e principalmente com o processo que esta representa: sua aceleração do tempo e do espaço, suas novas formas de conexão e interação, a relação de diferentes pessoas, de diferentes culturas, tempos. Tudo isso incluído num processo de desenvolvimento de software.

Como coloca Holtgrewe, muitos autores, como Paul Adler e Maurizio Lazzarato, estão mostrando argumentos muito interessantes com relação ao processo criativo do software livre: “Skill upgrading, knowledge work and information and communication technologies may unfold the forces so production in the hands of the new knowledge and creative workers.” (Holtgrewe, 200, p.131). Por outro lado, autores da escola crítica como Adorno tratam da questão do processo corrosivo de culturas com a questão das novas tecnologias, como inclusive o software livre.

O grande teórico que também apóia o “movimento” do Software livre é Castells, segundo ele, todos os eventos têm ritmos e relações diferentes dependendo das relações sociais; com isso, nós podemos entender as novas interações que ocorrem na internet como a analisada uma vez que são “construídas” novas estruturas e interações. Assim, como Castells coloca, a informação só vai se transformar em conhecimento, quanto fizer sentido tanto individualmente quanto coletivamente. Nesse sentido, o desenvolvimento do Software livre está no cerne da discussão de um processo de construção de conhecimento livre, que desestabiliza as estruturas de poder e conhecimento que conhecemos.

Segundo a autora, o software livre não é só um desenvolvimento tecnológico, mas também um tipo “circulação aberta de conhecimento”. Holtgrewe também enfatiza o processo de colaboração que é o cerne do movimento. Longe do debate da prática, os autores que defendem o uso do software colocam além do já discutido, processo de construção de conhecimento aberto, o software livre tem outros lados positivos, como uma maior eficiência econômica, o barateamento, não é tão coordenado, assim, não produz nichos de desenvolvimento, sendo um projeto mais aberto.

O processo de desenvolvimento do software livre é muito alternativo, tem um grande potencial de problem-solving, por ser uma atividade muito complexa, que abarca diferentes contextos, pessoas e interesses. Reproduz quase que um processo de divisão de trabalho, com essas diferentes pessoas envolvidas em diversas atividades. Ao mesmo tempo, desestabiliza o processo produtivo, uma vez que esse não é mais pensado em questão de economia.

Por outro lado, devemos pensar que a sua distribuição não é igual e dificilmente vai atingir a todos, é um espaço limitado, assim como é a Internet; nesse sentido, deve ser

ênfatisada a possibilidade do movimento de garantir um processo de difusão de cultura e idéias, e como a autora coloca tem um grande “potencial de simultaneidade”.⁴

Implicações do software Livre na Sociedade da Informação:

Propriedade Intelectual

A primeira grande diferença como podemos ver, entre os softwares, o livre e o comercial ou proprietários, são as diferentes licenças; o software proprietário adota a licença tradicional, ou seja, a permissão é dada para o consumidor usar o software em retorno de um pagamento. O software livre como visto, possui vários tipos de licença.

A licença GPL, por exemplo, a mais usada pelos desenvolvedores do Software Livre, não é apenas um processo instrumental, ela tem um quê de inovação social, é claro que o grande desenvolvimento do software livre, a alta qualidade que ele têm atingindo, e seu modelo de desenvolvimento tem ameaçado a hegemonia do software comercial e em parte das instituições de propriedade intelectual. Entretanto, ela também restringe as condições de uso; todas as modificações têm, por exemplo, as mesmas condições que a original; também proíbe o ganho de dinheiro na distribuição.

O argumento dos donos de software proprietário é que, sem a proteção da Propriedade Intelectual, eles perdem o incentivo e a base legal para comercializar suas criações; mesmo porque a propriedade intelectual, no seu argumento, é um incentivo para o desenvolvimento de tecnologia. Ao mesmo tempo, muitos argumentam que o software livre não tem proteção de propriedade intelectual, mas não é só porque é permitido em alguns casos o “free download”; suas licenças não deixam de estar baseadas no direito de propriedade intelectual; de certa forma essa proteção é essencial para a os dois protegerem a indústria de software, seus usuários e principalmente os desenvolvedores e manterem uma competição justa entre eles.

As questões políticas que envolvem os dois tipos de Softwares estão, principalmente, relacionados à “Competição Justa”; segundo os desenvolvedores do software proprietário, a diversidade é muito interessante, mas as organizações políticas e os governos devem prezar em manter um mercado e uma indústria aberta.

⁴ Trecho baseado em: HOLTGREWE, Ursula. **Articulating the Speeds of the Internet – The case of open source/free software**, in *Time & Society*, v. 13, n. 1 (2004), p.129-146.

Pirataria e Países em Desenvolvimento

O software livre pode ser visto como uma opção para combater a pirataria e principalmente uma opção para os países em desenvolvimento fomentar sua indústria de Software saindo da hegemonia dos Países Desenvolvidos nesta área; uma vez que o custo do software é um grande incentivador da pirataria.

Muitos argumentam que o que falta nos países em desenvolvimento não é um desenvolvimento de tecnologia, mas sim um estabelecimento de uma questão de educação cultural, ou seja, faltaria educação dos consumidores para respeitar as leis de propriedade intelectual. Para eles se dinheiro fosse justificativa haveria em todos os produtos. Entretanto essa argumentação é totalmente falha uma vez que nos PED temos diversos produtos sendo pirateados; desde software, CDs de música a utensílios domésticos.

Segundo estes, combater pirataria com software livre é errado, uma vez que o que ocorre é uma estratégia das empresas e não uma política pública de inclusão social. Essa estratégia consiste em vender o PC com Software Livre pré-instalado, para diminuir os custos de venda, num primeiro momento do PC, e ganhar espaço dos Softwares comerciais. Além disso, ainda argumentam que o softwares livre também podem ser pirateados, assim, a luta contra a pirataria não se limitaria as empresas de software prioritários, mas a todos aqueles que tem um certo tipo de licença que proíba a sua cópia sem permissão.

Entretanto, as pesquisas colocam que a pouca pirataria quando há uma forte industria de software, por outro lado a pirataria inibe a industrialização pois há poucos incentivos ou condições propicias de se criar soluções. È dentro dessa idéia que alguns governos estão investindo em sua política de apoio e desenvolvimento ao software livre, dentre eles o governo brasileiro e o indiano.

Desenvolvimento da Industria Doméstica

Muitos vêem como possibilidade de superar o gap digital entre os países em desenvolvimento e os PED a fomentação de uma industria interna de softwares, assim muitos governos têm feito acordos preferenciais com sua industria local ou tem investido em alternativas como o software livre para construir as suas soluções digitais. Esses governos argumentam que o software livre é uma excelente alternativa, pois se assemelha a cultura local de “divisão comunal”, de senso de comunidade que existe nos PED, e ainda que pode se aproveitar do potencial interno de seu povo para suas alternativas.

Mas, é claro que essa política não é totalmente aceita, a Business Software Alliance, por exemplo, coloca que esse tipo de política pode não trazer os benefícios desejados, uma vez

que a indústria de software é muito complexa, requer muito conhecimento e especialidade para ser efetiva, além disso, é uma indústria muito diversa que contempla vários segmentos e vários tipos de software que têm diferentes utilidades e funções. Ainda, o governo deve assegurar que as empresas ou grupos que se responsabilizem com a produção de software se responsabilizem com as regras estabelecidas para os softwares livres e não explorem o uso comercial indevido e indiscriminado dessa tecnologia, se aproveitando do apoio do governo. Além disso, deve fazer, como já colocado, políticas amplas, direcionada ao aprendizado da sociedade. ⁵

Digital Divide

“Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser”

Castells,2000,p41

Dentro do debate da Sociedade da Informação temos a grande questão que é a dificuldade de se ultrapassar o gap digital, tanto entre países, como dentro dos próprios países, para muitos, essa é o desafio mais difícil que a sociedade terá que lhe dar; uma vez que, por mais que uma certa tecnologia pode tornar-se obsoleta, possibilitando o acesso de muitos a ela por conta da queda dos preços, aqueles que já possuíam, sabem utilizá-las de forma mais proveitosa; ao mesmo tempo, enquanto uma tecnologia se torna obsoleta, outras são desenvolvidas, e aqueles que tem acesso acabam ficando ainda mais longe daqueles que não possuem.

Mesmo que os países mais pobres estejam aumentando o seu acesso as tecnologias da informação e da comunicação, aqueles que já possuem a informação também aumentam; dessa forma de modo geral, é muito difícil superar algumas provisões. Existem estatísticas absurdas com relação ao “digital divide”, por exemplo, a organização Bridges coloca que “Em todo o continente africano, existem meros 14 milhões de linhas de telefones, menos do que em Manhattan ou Tóquio.(Nkrumah). Em Blangladesh um computador custa o equivalente de oito anos de pagamento (Economist)”(Bridges,2001,p1)

Muitos colocam que para se ultrapassar a ponte da diferença digital, do gap digital dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos é necessário buscar por iniciativas de baixo custo, nesse sentido muitas vezes os softwares livre são visto com essa possibilidade, os governos devem ter uma política global que “empodere” a população de habilidades para a

⁵ Trecho baseado em: HIONG, S. Goh. **Open Source and Commercial Software – an in depth analysis of the issues**. NET, sep. 2005. Disponível em: <http://www.bsa.org>, Acesso em: 20 abril 2006

utilização dos softwares, de informações necessárias, de infra-estrutura necessária. Assim a resposta à ameaça do “digital divide” deve ser multilateral; muitas vezes, as políticas de países na África, América do Sul e Índia, esbarram com o simples fato de que grande parte da população não tem como ter acesso “físico” ao PC. Assim, o acesso à tecnologia deve ser visto de uma maneira mais ampla, dessa forma o mero incentivo ao software livre não vai levar a resultados eficazes.

Conclusão

Os temas da Sociedade da Informação que levam em conta a Governança da Internet relacionada à democracia externa e interna, o desenvolvimento econômico, tecnológico e social, a liberdade de expressão; está totalmente inserido no interesse e no escopo de atuação da sociedade civil. Podemos identificar grandes redes de discussão do tema na Internet, em encontros internacionais de estudiosos e interessados – como na Cúpula Cidadã formada pela sociedade civil que ocorreu concomitante com a WISIS em Tunis 2005 –, em diversas ONGs que lidam com o tema e pressionam governos para tomarem atitudes políticas, ou inclusive em comunidades epstêmicas que estão produzindo em grande escala estudos sobre a Internet, sobre a sua rede de interação, sobre as TIC e seu impacto na política e no desenvolvimento; e que ainda influenciam a política como conselheiros, de forma que os tomadores de decisão possam negociar a nível internacional e criar políticas internas para o tema.

O que ocorre é que as iniciativas políticas muitas vezes não passam de projetos, que não são postos em prática, tanto por falta de vontade política como por inviabilidade real; isto é, muitos países como os países em desenvolvimentos e os subdesenvolvidos não possuem infra-estrutura e até capital humano, ou seja, pessoas aptas; e a própria população capaz de utilizar forma produtiva às tecnologias de informação e comunicação como a Internet.

Nesse sentido, todas as iniciativas que têm impacto na dita “sociedade da informação” recaem em última instância em ações políticas, ações que não dizem respeito apenas ao nível local. Infelizmente, o debate internacional fica travado por conta das diferenças de interesses de países desenvolvidos, que detêm a maioria das empresas de TIC; enquanto os países subdesenvolvidos querem debater temas como o desenvolvimento. Assim, enquanto esse tema for tratado dessa forma, fica claro que diversas políticas serão dificilmente avançadas.

Nos dois grandes temas da Sociedade da Informação, tanto o Software Livre, quanto o Digital Divide, podemos ver uma grande influência das políticas internacionais de propriedade intelectual, transferência de tecnologia, do próprio funcionamento do mercado e principalmente a influência do tema: Desenvolvimento. Fica claro que a nível internacional

essas duas questões estão inseridas no discurso dos países em desenvolvimento, o que, ao mesmo tempo em que corroboram com as demandas desse grupo, podem também ser enfraquecidas pelo pouco poder de influência que esses países detêm na agenda da Sociedade da Informação. Assim cada vez mais, a sociedade civil, as organizações não governamentais têm tomado a frente de um movimento por maior acesso e democratização da informação e a promoção e implementação de iniciativas de software livre.

Diante de todo esse debate e dado a grande importância do tema, tanto para as Relações Internacionais como para a sociedade como um todo, é muito importante a iniciativa em pesquisas na área; além disso, é muito necessário a efetivação de políticas públicas, de ações governamentais, e atuações mais ativas relacionadas aos temas da “Sociedade da Informação”.

Referências Bibliográficas

- 1 – BRAIN COMMONS, **Cúpula da Sociedade da Informação**. Net, Rio de Janeiro, 08 nov. 2005. Disponível em: <http://www.softwarelivre.org/news/4938>; Acesso em: 06 abril 06.
 - 2 – CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. **Metodologia Científica**. Segunda edição. São Paulo Atlas, 1983.
 - 3 – BRIGES.org. **Spanning the Digital Divide: Understanding and Tackling the Issues**. Net, Rio de Janeiro, 20 maio 2001. Disponível em: <http://www.bridges.org/publications/65>; Acesso em: 27 junho 2006
 - 4 – WERNECK, Guilherme **Outro direito autoral é possível**. Net, Rio de Janeiro, nov. 2005. Disponível em: <http://www.softwarelivre.org/news/4920>; Acesso em: 06 abril em 2006.
 - 5 - The United Nations General Assembly Resolution A/RES/56/183, adopted in 2001
-
- HOLTGREWE, Ursula. **Articulating the Speeds of the Internet – The case of open source/free software**, in Time & Society, v. 13, n. 1 (2004), p.129-146.
 - CASTELLS, M. **Epilogue: Informationalism and the Network Society**, in P. Hilmanen (ed.) The Hacker Ethic and the Spirit of the Information Age, p.78-155. London: Secker & Warburg.
 - CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.
 - BUZAN, Barry Olé Weaver e Jaap de Wilde. **Security – A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.
 - ROBLES, G. SCHEIDER, H. TRETROWSKI, I. WEBER, N. **Who is Doing It?** Net, Berlin, ago. 2001. Disponível em: <http://libre.act-europe.fr>, Acesso em: 31 marco 2006
 - HEXEL, Roberto. Software Livre - CELEPAR, Net. Disponível em: www.softwarelivreparana.org Acesso em: 20 maio de 2006
 - HIONG, S. Goh. **Open Source and Commercial Software – an in depth analysis of the issues**. NET, sep. 2005. Disponível em: <http://www.bsa.org>, Acesso em: 20 abril 2006
 - World Intellectual Property Organization. **Wipo Copyright Treaty** Net. Disponível em: www.wipo.org. Acesso em: 20 de maio de 2006.
 - LIMA, Paulo. **Cúpula de Tunis: Um novo começo**.Net, Rio de Janeiro, nov. 2005. Disponível em: <http://softwarelivre.org/news/5052>. Acesso em: 06 de abril de 2006.
 - UNESCO. (Paris). **World communication and information 1999-2000 report**. Paris, 1999.
 - WERTHEIN, Jorge. **A Sociedade da Informação e seus Desafios**. In: Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.